

Movimentação: 2015 2014
Saldo inicial crédito tributário diferido 4.542 4.963
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no exercício
- Imposto de renda 442 (263)
- Contribuição social 922 (158)
Saldo final crédito tributário 5.906 4.542
% sobre o patrimônio líquido 21,90 18,62

Realização: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrada a seguir. Saldo final crédito tribut. diferido 5.906 4.542
Valor presente dos créditos tributários: De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 15,37%, está representado por R\$3.150 (R\$ 2.713 em 2014) referentes ao imposto de renda e R\$ 2.520 (R\$ 1.627 em 2014) referentes à contribuição social.

11) Receita de operações de crédito: 2015 2014
2º Semestre Exerc. Exerc.
Receita com juros contratuais 47.281 95.423 84.068
Receita com juros de mora e multa 8.026 15.913 16.595
Descontos de juro de mora e multa (7.555) (12.386) (7.613)
Receita com recuperação de crédito (a) 2.702 5.138 5.630
Total 50.454 104.088 98.680

(a) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.
12) Receita de prestação de serviços: Referem-se basicamente a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista e tarifas de operações do cartão de crédito, conforme composição abaixo:

2015 2014
2º Semestre Exerc. Exerc.
Receita com comissões sobre vendas de seguros 947 1.767 1.547
Tarifas de antecip. de recebíveis e de cobrança 252 446 451
Receita de serviços prioritários 1.512 3.083 2.286
Total 2.711 5.296 4.284

13) Outras despesas administrativas: Em 31 de dezembro de 2015 do montante de R\$ 41.721 (R\$ 48.055 em 2014) referem-se principalmente a custos de transações realizadas com partes relacionadas que totalizam R\$ 32.106 (R\$ 40.146 em 2014), conforme apresentado na nota explicativa nº 15.c.

14) Despesas tributárias: Aliquota 2015 2014
2º Semestre Exerc. Exerc.
Programa de integração social (PIS) 0,65% 278 580
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) 4,00% 1.712 3.405
Imposto sobre serviços (ISS) 2,00% 54 106
Total 2.044 4.256 4.044

15) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os principais saldos de ativos e passivos, bem como das transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas considerando o volume das operações e prazos de pagamentos, são os seguintes:

31/12/2015
Lojas Verde Adm. Sentinel Via Certa
Quero Cartões Coxilhas Participa- Pessoas
Quero Créditos S/A ções Físicas Total
Ativo
Valores a receb. (a) 54 137 - - - 191
Operações de Crédito (Passivo)
Rec. aceites camb. (b) - - (1.976) (11.869) (111.280) (125.125)
Desp. adm. pagar (c) (1.409) (352) - - - (1.761)
Resultado
Rec. aceites camb. (b) - - (176) (349) (16.507) (17.032)
Rec. de seg. prot. financ. 351 - - - - 351
Despesas admin. (c) (28.490) (3.616) - - - (32.106)
Rec. oper. de crédito 263 - - - 4 267
Luar Partic. Scholze Scholze Metalur-
Partic. AAA Partic. Incorp. gica
Invest. e Invest. e Empr. Hammer
Serv S/A Serv S/A Imob.Ltda Ltda
(Passivo)
Rec. de aceites camb.(b) (2.777) - (404) (463) - (3.644)
Resultado
Rec. de aceites camb.(b) (394) (17) (99) (43) (1) (554)

31/12/2015
Lojas Verde Adm. Via Certa
Quero Cartões Adm. de
Quero Créd. Consórc.
35 851
Ativo
Valores a receb. (a) - - - -
(Passivo)
Rec. aceites camb. (b) - - (1.646) - -
Desp. adm. pagar (c) - - (2.666) - -
Cont. pagar-repass. (d) - - (363) - -
Resultado
Rec. aceites camb. (b) - - - (120) - -
Despesas admin. (c) (30.776) (9.370) - - (40.146)

(a) Valores a receber referente a liquidações de operações de crédito do último dia do exercício a serem repassadas em D+1 e Seguros de Proteção Financeira; (b) Captações através de recursos de aceite cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2015 e 2014; (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 05 de outubro de 2017, onde a utilização de base de clientes, canais e da infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira; (d) Contas a pagar - repasses referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito realizadas no último dia do exercício a serem repassados em D+1. Remuneração dos administradores: No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa conforme as responsabilidades de seus Administradores estavam assim compostas:

2015 2014
2º Semestre Exercício Exercício
Remuneração 326 612 556
Encargos sociais 77 142 129
Total 403 754 685

16) Outras informações: a. Não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. b. Conforme legislação vigente, não foi concedido empréstimos ou adiantamentos para: (i) Diretores e Membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; (ii) As pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) As pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10% (dez por cento); (iv) As pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento), quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até 2º grau, c.o valor das contingências possíveis não provisionadas contra a Financeira totaliza em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 490, referente a 83 processos cíveis e tributários (R\$ 115 em 2014), referente a 19 processos cíveis e tributários.

17) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos: a. Gestão de risco operacional: Em atendimento a Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. b. Risco de mercado: Em consonância com o que prevê a Resolução 3.464/07 do CMN a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. c. Risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira encontra-se mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições atendendo assim a Resolução CMN nº 3.721/2009. d. Gerenciamento de capital: A estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN 3988/2011 e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. e. Risco de liquidez: relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem "hedge" de suas posições ativas e passivas. A Administração considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 31 de dezembro de 2015, não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como não efetuou cessões de crédito no período divulgado.

18) Limite operacional (Acordo da Basileia): Em 31 de dezembro de 2015 a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 11,79%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 11% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3444/07 e nº 3490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resol. 2.697/99, a.Cálculo do Índice de Basileia:

Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia 2015 2014
Patrimônio líquido 26.962 24.388
B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais 26.962 24.388
Alocação de capital: 1 - Risco de crédito (RWAcpad) 12.457 12.673
2 - Risco de mercado (RWAmpad) - -
3 - Risco operacional (RWAopad) 12.299 11.276
C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3) 24.756 23.949
D - Alocação de capit. p/ cobertura de risco das operaç. sujeitas à variação de taxas de juros não classific. na carteira de negociação 407 350
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D") 1.799 89
F - Total das exposições sujeitas à ponderação de risco 25.163 24.299
G - Total das exposições ponderadas pelo risco 25.163 24.299
H - Capacidade de alavancagem: ("E" *100/11) 16.354 814
I - Índice de basileia: ("B"/("C"+"D"))*100 11,98 11,24
J - Índice de basileia ampliado: ("B"/(("C"+"D")/0,11))*100 11,79 11,04

b. Limites Operacionais: O Banco Central estabeleceu conforme Circular n.º 3.686/2013 os procedimentos para apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares. Em 31 de dezembro de 2015 as posições da Instituição e exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Exigência Situação Margem
Limites regulamentados (Exigência/Limite)
31/12/2015
Compatibilização do Patrimônio de Referência com o Patrimônio de Referência Exigido 25.163 26.962 1.799
Imobilização 13.481 763 12.718
31/12/2014
Compatibilização do PR com PRE 24.299 24.388 89
Imobilização 12.194 748 11.446

19) Outras informações: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de janeiro de 2016 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 10.000 passando o mesmo para R\$ 33.288 sem emissão de novas ações, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. O respectivo aumento de capital foi protocolado no Banco Central em 06 de janeiro de 2016. O aumento de capital teve como princípio a redução do índice Basileia e busca de melhores indicadores regulamentares e em linha com o objetivo de ampliação dos negócios da Financeira.

Wilmir Hammerschmitt - Presidente; Moacir Carlos Engelmann - Diretor de Operações; Fábio Von Groll - Diretor Adm. e Financeiro; Ademir Rogério Diel - Diretor de Negócios; Adelar José Diel - Contador CRC/RS 026217

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. Santo Cristo - RS. Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Financeira para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Porto Alegre, 24 de março de 2016